



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ATA Nº 111 – SESSÃO SOLENE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Aos cinco dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e quatro, às vinte horas, reuniu-se, em sessão solene, no "Palácio Popular da Cultura – Centro de Convenções do Estado", o egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, **sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Marco Antônio Cândia**, para a diplomação dos candidatos eleitos em 3 de outubro de 1994 para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador da República e Governador e Vice-Governador do Estado. Estiveram presentes os Exmos. Srs. Juízes: **Des. Gilberto da Silva Castro, Hélvio de Freitas Pissurno, Antônio Rivaldo Menezes de Araújo, João Maria Lós, Ildeu de Souza Campos, Jean Marcos Ferreira** e, como convidado especial, o **Exmo. Sr. Ministro Cid Flaquer Scar-tezzini**, Corregedor-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Estiveram presentes, ainda, as seguintes autoridades: **Exmo. Sr. Des. José Rizkallah**, Secretário de Estado de Segurança Pública, representando, neste ato, Sua Excelência o Governador do Estado, Engenheiro Pedro Pedrossian; o **Exmo. Sr. Deputado Estadual Cícero Antônio de Souza**, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; o **Exmo. Sr. Senador da República Eduardo Matarazzo Suplicy**, pelo Estado de São Paulo; o **Exmo. Sr. Juvêncio César da Fonseca**, Prefeito Municipal de Campo Grande, e sua digníssima esposa Suely Brandão de Souza; **General de Divisão Expedido Hermes Rego Miranda**, Comandante Militar do Oeste; **Exmo. Sr. Vereador João Pereira da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande; o **Exmo. Sr. Vicente Azuaga**, Procuradoria-Geral da Defensoria Pública em exercício; o **Exmo. Sr. Tadel Tajer Iunes**, Procuradori-Geral de Justiça do Estado; o **Exmo. Sr. Márcio Eurico Vidal Amaro**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul; o **Exmo. Sr. Des. Nelson Mendes Fontoura**, Presidente do



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça do Estado; Senhores Secretários de Estado; Deputados Estaduais, Federais, Desembargadores junto ao Tribunal de Justiça do Estado, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, Juizes e Promotores de Justiça e demais autoridades. O Desembargador Presidente, justificando a ausência do **Exmo. Sr. Dr. Luiz de Lima Stefani-
ni**, Procurador Regional Eleitoral, por problemas de saúde em pessoa da família, e agradecendo a presença de todas as autoridades, senhoras e senhores, imprensa em geral, DECLAROU ABERTA A PRESENTE SESSÃO, convocando a todos a participar da **execução do Hino Nacional**. A seguir, o Desembargador Presidente ponderou que o presente ato é uma sessão - solenidade de diplomação dos eleitos - do Tribunal Regional Eleitoral, vez que para maior comodidade e conforto de todos, deslocou-se da sede do Tribunal Regional para este auditório do "Palácio Popular da Cultura - Centro de Convenções do Estado", e que esta solenidade é de diplomação apenas dos candidatos eleitos, sendo que os suplentes receberão seus diplomas no Tribunal Regional Eleitoral, onde estão à disposição. O Desembargador Presidente deu início à entrega dos diplomas aos eleitos para a Assembléia Legislativa, à Câmara Federal, ao Senado Federal e ao Vice-Governador e Governador do Estado. Foram declarados diplomados os candidatos cujos nomes foram declinados pelo Ilmo Sr. Dr. Ecycles Ferreira, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral: **PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO**: **Maurício Picarelli**, **Cícero Antônio de Souza**, **Londres Machado**, **Valdenir Machado**, **Jerson Domingos**, **Paulo Estevão da Cruz e Souza**, **José Roberto Teixeira**, **Éder Moreira Brambilla**, **Antônio Carlos Ribeiro Arroyo**, **Franklin Rodrigues Masruha**, **Waldir Neves Barbosa**, **Valdomiro Alves Gonçalves**, **Hosne Esgaib**, **Celina Martins Jallad**, **Waldemir Moka Miranda de Brito**, **Akira Otsubo**, **Murilo Zauith**, **Jerce Eusébio de Souza**, **Moisés Nery**, **Manoel Félix Nelito Câmara**, **Roberto Moaccar Orro**, **Eurídio Ben-Hur Ferreira**, **José Orcírio Miranda dos Santos**



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

e Anílson Rodrigues de Souza. O Exm^o Sr. Deputado Estadual Maurício Picarelli, falando em nome dos candidatos eleitos ao cargo de Deputado Estadual: "Escolhido para, em nome de todos, dirigir algumas palavras, quero, antes de tudo, agradecer a gentileza da indicação e dizer que, se a oratória não me privilegia, busco no fundo da alma e na inspiração divina os termos para traduzir todos os sentimentos que nos cercam neste momento. Esta solenidade de diplomação, um dos mais importantes ritos do processo eleitoral e - porque não dizer - da consolidação democrática, é, acima de tudo, o reconhecimento da sociedade brasileira a uma de suas históricas e mais importantes conquistas, sem a qual, no arcabouço institucional, não teriam os pleitos a segurança, a transparência, a legitimidade dos dias atuais: a Justiça Eleitoral. A cada eleição mais moderna, a cada dia mais ágil, especializada, sensível e vigilante, é ela, como justiça especializada, quem garante não apenas a nós, mas sobretudo ao eleitor, a certeza de que sua vontade soberana, exteriorizada nas urnas será respeitada. Particularmente, cumpre ressaltar, que nesta eleição de Mato Grosso do Sul, pode acrescentar a seus orgulhos o de ter se destacado no plano nacional pelo trabalho sério, diligente e firme deste Tribunal Regional Eleitoral, dos seus magistrados, funcionários e voluntários, sendo um dos primeiros Estados a concluir a apuração. E mais do que isso, de tê-lo alcançado, sem deixar que pairam sobre os números e métodos empregados, qualquer sombra de dúvida quanto à eficiência e lisura. Não poderia deixar de destacar este aspecto, pois estou seguro de que é esta a convicção que prevalece diante de todos os diplomados e de toda a gente sul-mato-grossense. A evolução da Justiça Eleitoral é, pois, a mesma que se vê na prática política. Chegamos todos aqui hoje, titulares e suplentes, trazendo ainda nos ouvidos os ecos do recado que nos passou o povo nas urnas. Um Brasil novo está brotando pela vontade da maioria. As eleições gerais mostraram



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

que não são mais mero exercício de ficção democrática, mas instrumento definitivo para conduzir as transformações exigidas por uma Nação ativa que não desconhece seus desafios. A edificação do Brasil forte, desenvolvido, respeitado no concerto das nações, passa, e vimos isso nas urnas, pelo resgate da imensa dívida social, herdada por anos seguidos de insensibilidade, de silêncio conivente, e por que não dizer, pelos descaminhos naturais do aprendizado democrático, que hoje já se mostra amadurecido. E, nesse contexto, como não poderia deixar de ser, Mato Grosso do Sul, se insere. Seus representantes populares, ao receberem esta delegação, têm claro diante de si esses compromissos. Sabemos todos que nossas responsabilidades se redobram, na medida em que o povo mostra-se mais exigente, mais vigilante, ciente de seus direitos de cidadão, e com a certeza de que, pela democracia e não por outro caminho, poderá atingir seus objetivos, com o nosso concurso, o dos agentes políticos, escolhidos nas urnas. Portanto, estamos todos aqui. Nesta solenidade, os deputados estaduais, federais, nossos senadores e o futuro governador, tendo mais uma oportunidade para reiterar a inarredável determinação de cumprir com esse objetivo, de buscar essas metas, que se traduzirão, por certo, em desenvolvimento, progresso e justiça social. Esse será o trabalho que, engrandecendo nosso Estado, haverá também de nos engrandecer, que o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul estará, também, trazendo mais paz, segurança e felicidade a todos os seus filhos. Agradecendo a Deus, aos meus pares e a este Sodalício, meu muito obrigado".

PARA A CÂMARA FEDERAL: André Puccinelli, Marisa Joaquina Monteiro Serrano, Dilso Sperafico, Saulo Garcia Queiroz, Marilu Segatto Guimarães, Oscar Goldoni e Néelson Trad. O Desembargador Presidente convocou, para falar em nome dos candidatos eleitos ao cargo de Deputado Federal, o **Exmo. Sr. Deputado Federal André Puccinelli:** "Talvez seja pretensão minha de, no improviso, falar-lhes. Talvez é a vontade de que as pa-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

lavras fluam com mais emoção do que propriamente a razão de um escrito. Hoje, neste auditório do "Palácio Popular da Cultura - Centro de Convenções do Estado", no nosso solo, a reafirmação democrática da vontade popular nesta diplomação manifesta-se. Isto, creio que orgulha todos nós - antes de sermos empossados, sejamos diplomados no nosso solo. A responsabilidade do mandato se manifesta perante a sociedade que nos escolheu. A democracia, aqui batizada, será reafirmada por palavras e atos no desempenho de nossas funções e nós a queremos fazer para que todos nós - Deputados federal e estadual, Senadores da República e Governador - possamos dizer: é com orgulho que somos de Mato Grosso do Sul; é com orgulho que desempenharemos o nosso mandato; não foi em vão que a esperança depositada em nós será manifestada pelo trabalho".

PARA O SENADO FEDERAL: Lúdio Martins Coelho e Ramez Tebet. Em nome dos Senadores eleitos, falou o **Exmo. Sr. Senador Lúdio Martins Coelho**: "É uma honra para mim e para meu companheiro Ramez Tebet sermos diplomados, nesta Casa, como Senadores da República pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Entendemos que a eleição é uma procuração que recebemos da população de nosso Estado e quero dizer a esta mesma população, que nos honrou concedendo-nos este mandato, que haveremos de fazer o possível e o melhor para servirmos bem ao nosso Estado e ao nosso País. A nação brasileira está passando por grandes transformações. Estas últimas eleições, em todo o território nacional, vem demonstrar isto. E o desempenho da Justiça Eleitoral também está passando por transformações. Aqui no nosso Estado as coisas funcionaram adequadamente. Em todo o País estamos assistindo a estas mudanças profundas, pois o País está entrando numa nova fase e esperamos que o candidato eleito ao cargo de Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o controle da administração pública, da economia e dos gastos públicos, possa viabilizar um período de crescimento econômico, de confiança da família brasileira. Desejo dizer a



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

esta família aqui presente que estou esperançoso e, no Senado Federal, vamos trabalhar pela reforma das leis. A Justiça Eleitoral vai ter a responsabilidade de colaborar na reforma da legislação eleitoral e da legislação que regula o funcionamento dos partidos políticos. A nossa democracia é nova e ainda está passando por um período de implantação e cabe a cada um de nós, a todos os cidadãos, dar a sua dose de colaboração, pois a nação brasileira está precisando, agora mais do que nunca, que cada um de nós cumpra o seu dever. Aproveito, então, esta oportunidade para agradecer a família sul-mato-grossense o apoio e a confiança que demonstrou ao nos eleger ao Senado da República pelo Estado de Mato Grosso do Sul".

PARA GOVERNADOR DO ESTADO: Wilson Barbosa Martins. VICE-GOVERNADOR: Antônio Braz Genelhu Melo. O Governador eleito, Exmo. Sr. Wilson Barbosa Martins, saúda a todos: "Esta cerimônia se reveste, para todos nós, de um sentido muito especial. Recebemos, neste egrégio Tribunal, o nosso diploma, que nos habilita a exercer as funções para as quais fomos eleitos no mês de outubro. Em sua forma, o documento é extremamente singelo. No fundo, porém, é título da mais alta dignidade. O povo sul-mato-grossense nos conferiu a insígne honra de dirigir os seus destinos, em hora das mais difíceis da vida nacional. Quando as manifestações de apoio surgem da sociedade, não há como deixar de servi-la. Embora não fosse pregoeiro de minha candidatura, não pude vencer o ânimo de quantos, companheiros ou não, quiseram levar-me, pela segunda vez, ao posto maior de nossa vida política. Recebi com receio as primeiras manifestações de solidariedade. Temi não suportar o peso da responsabilidade. Logo, porém, compreendi que todos estavam dispostos a compartilhar comigo os percalços da caminhada. Era a nossa terra, que nos foi legada pelos nossos maiores; era a nossa gente, que acompanhou toda a nossa trajetória; era justamente daí que vinha o chamamento. Fui tocado até as profundezas do meu ser. Não me cabia,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

portanto, fugir da convocação. Com mais força, ou menos força, a mim me cabia o dever de colocar-me na frente. Se tudo deu certo, se não perdemos nenhuma das batalhas e, agora, somos os vitoriosos, o mérito é de todos nós - sobretudo dos companheiros e do povo. Os que me convocaram não faltaram, em nenhum momento, com a fé e a lealdade que sacramentam as grandes causas. Está na hora de receber os louros. Sei das dificuldades de toda ordem. Não me intimido, porém. Ao meu lado, bem junto a mim, estão as vozes, as forças e as esperanças da sociedade, que me fez seu representante. Juntos ontem e juntos hoje, vamos retornar à luta, para implantar as diretrizes que configuram o nosso Programa de Governo. A vida só tem sentido enquanto é peleja! Vivemos numa terra radiosa. Nossa gente é nobre e afeiçoada ao trabalho. A vastidão e a beleza dos nossos campos, a diversidade e o murmúrio dos nossos rios, a variedade e o encanto da nossa flora e fauna, a riqueza, enfim, do solo pátrio, tudo que nos envolve constitui alento e motivo de esperança. Redobremos nosso amor à vida de nossos irmãos. O Brasil precisa de cidadãos de boa vontade e de caráter bem formado. Não há lugar para os individualistas. A todos nós cabe a tarefa de forjar uma pátria generosa e feliz. Nosso povo clama por dirigentes esclarecidos. Exige, também, de todos, conduta irrepreensível no trato dos negócios públicos. Sinto-me fortalecido pela confiança de que sou alvo. Assim também se sentem os meus companheiros de jornada, eleitos para a Vice-Governança, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa. Do mesmo modo, exultam de contentamento todos os que aqui recebem da Justiça Eleitoral o seu troféu maior, que é o título de representação popular. É justo que rendamos homenagem aos eminentes Juizes deste Estado, que souberam conduzir o pleito com isenção e competência. Ao finalizar, concito todos os diplomados para que juremos, perante Deus e perante os homens, que não defraudaremos a expectativa daqueles que nos elegeram".



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

O Presidente deste Tribunal, Exmo. Sr. Des. Marco Antônio Cândia, em nome da Justiça Eleitoral do Estado, assim se manifestou: "Quase toda a sociedade brasileira já percebeu e se convenceu, sacudida que foi nos últimos anos por escândalos em que se envolveram vários e destacados dirigentes seus, de que o primeiro requisito para o homem público é a sua credibilidade individual, a sua transparência de pensamento, mas sobretudo de suas ações pessoais, de palavras e de obras. O novo eleitor como que ressuscitou aquela exigência popular, já meio relegada aos cantos do esquecimento. Houve um irreversível refinamento ético ou uma nova reivindicação popular e sente-se, enfim, que esse sinal animador das novas demandas da sociedade brasileira, por legalidade e ética da ação política, tenha vindo mesmo para ficar. Nenhum dos três Poderes, como pode perceber até o menos atento observador da nossa realidade social, estará, daqui para a frente, imune a esses novos ventos purificadores soprados pelo cidadão brasileiro a partir da abertura das urnas do pleito eleitoral que, neste Estado, encerra-se com a presente solenidade de diplomação. Certamente não haverá mais espaço propício para aqueles dirigentes duvidosos, para as condutas eticamente ininteligíveis e para aquelas ações públicas pouco explicáveis. E é justamente com essa visão que a Justiça Eleitoral deste Estado deseja abrir a sua derradeira mensagem, particularizando esse substancial ponto, ou seja, de que Vossas Excelências foram eleitos justamente nesse momento de clara e desenganada opção do povo brasileiro. Essa possivelmente foi a vontade e o desejo da sociedade que os elegeu e haverá de ser cumprido a todo o tempo como um dogma maior. A responsabilidade dos eleitos é muito grande não só porque condutores e depositários dessa exigência ética manifestada pelo eleitor, mas sobretudo porque se sabe que a partir do ano vindouro haverá alterações e reforma do Texto Constitucional. Vivemos, homens e mulheres deste País, um instante particularmente histórico,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

porque esperançosos e predispostos por melhores horizontes, como se estivessemos tendo uma segunda chance de começarmos tudo de novo, como se essa eleição, especialmente no plano do Executivo Federal, tivesse plantado em cada cidadão a semente de um novo horizonte e de uma nova esperança. A sensação é a de que estamos começando tudo outra vez, para melhor, tal qual aquele momento que vivemos no início de 89. Não consigo sequer imaginar, como cidadão, qual a perspectiva que nos aguarda na hipótese desse novo projeto brasileiro desviar-se de seu tão sonhado rumo. Deslocando um pouco o foco, sinto, como representante da Justiça Eleitoral neste Estado, que é meu dever consignar, neste instante, não a título de inútil vaidade, mas de justo brio e de zelo profissionais, que tivemos uma eleição realmente digna do cidadão deste Estado. Muitos dizem até que foi a eleição que deixou orgulhoso o eleitor desta terra, envaidecendo-o e mesmo engrandecendo-o como cidadão. Um pleito realmente tranqüilo, ordeiro e organizado, limpo e transparente, lúcido e consciente, onde a solidariedade, o esforço comum e a participação de todos sempre foi a sua face mais visível e ainda sem qualquer questionamento de seu resultado. Enfim, um pleito profissional, porque eficiente, já que o nosso Estado foi o segundo no País a totalizar, sem sequer um incidente, o resultado geral. Doravante, imaginamos, as nossas futuras eleições deverão atender a igual ou a melhor ainda padrão de qualidade, não cabendo mais volta àquelas dificuldades sofridas no passado e decorrentes até de um certo amadorismo do sistema. Foi um ato cívico que podemos chamar de exemplar. Todavia, como uma manifestação coletiva tem ela seus mais diretos responsáveis e penso ser de toda justiça anotá-los nesta hora. Em primeiro lugar, pode-se dizer que a experiência do resultado deveu-se ao muito bom nível da campanha política, no geral, não valendo sequer registrar excessos particularizados e prontamente confrontados com os limites traçados pela lei. Os candi-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

dados conduziram-se como que sintonizados com a atual inteligência do povo que, desenganadamente, só deseja ordem e paz para trabalhar e progredir. Essa conduta madura e lúcida transmitiu, sem qualquer dúvida, um clima de tranquilidade e de ordem, fundamentais para o êxito de tão invejado e cobijado resultado. Contou-se, outrossim, com um invejável esforço e um comprometimento cívico e profissional dos Juizes Eleitorais, dos funcionários da Justiça Eleitoral, dos Mesários e Escrutinadores, da Junta Fiscal da propaganda, dos Membros integrantes deste Tribunal Regional e dos Representantes do Ministério Público, tanto federal como estadual, como que irmanados e unidos em prol de uma espetacular cruzada da cidadania e onde a grande idéia-força sempre consistiu no trinômio: espírito público, intensa dedicação e transparência total. Recordo-me, por exemplo, das intermináveis reuniões de estudo acerca da Lei nº 8.713/93, realizadas pelos Membros deste Tribunal Regional, desde novembro de 93, um ano antes das eleições; dos cursos em vídeo sobre Direito Eleitoral antes das nossas sessões de julgamento, fitas que tomamos emprestado da Associação dos Advogados do Estado de São Paulo; dos vários encontros de estudo dos juizes eleitorais neste Tribunal; das incontáveis reuniões setoriais desses juizes, em grupos de oito ou dez, em cada canto deste Estado, onde eram enfrentadas as dificuldades de ordem legal e operacional e, desde logo, projetadas as opções para solucioná-las; das sucessivas eleições simuladas que foram realizadas pelos juizes, na capital e no interior, para orientar o eleitor e o próprio mesário; dos encontros e reuniões dos Tribunais Regionais Eleitorais que foram promovidos pelo Tribunal Superior Eleitoral em Cuiabá e em Blumenau; dos cursos preparatórios para digitadores e pessoal da área de informática realizados no plenário deste Tribunal. Enfim, nada foi improvisado. Não se comportou em nenhum momento com amadorismo. Cada detalhe operacional, cada dificuldade já tinha sido lucidamente detectada e discuti-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

da e para cada uma tínhamos as soluções já idealizadas e preparadas. Todo esse corpo de operadores, desde o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral até o mais distante funcionário ou colaborador da Justiça Eleitoral, de ponta a ponta, tinha uma uniformidade de pensamento, de ação e de conduta. Contávamos com a união, a firmeza e a limpidez de propósito de todos os envolvidos. Estávamos, pois, preparados. Necessário ainda destacar o importantíssimo desempenho e colaboração da imprensa deste Estado, falada, escrita e televisada, na tarefa da Justiça Eleitoral em orientar o eleitor quanto às regras eleitorais e didatizar o ato de votar em si, especialmente numa eleição que se nos apresentava como a mais complexa dos últimos cinquenta anos. Sem receio algum de errar, podemos dizer que, sem esse auxílio da imprensa, não atingiríamos resultado proveitoso. Outra interessante observação que se extrai dessa eleição: comprovou-se, por exemplo, uma tendência que esse final de século vem sinalizando com frequência e visibilidade crescentes. Falo justamente da sempre possível parceria Estado-Sociedade. De fato, aos poucos vai se percebendo que atualmente o conceito de público deixa de ficar confinado ao estatal, do mesmo que a noção de privado extrapola o limite de simples mercado, verificando-se, cada vez mais, braços de empresas privadas voltados para iniciativas sociais, por obra da sensibilidade empresarial de seus proprietários. Vale destacar, neste sentido, as parcerias que o Tribunal Regional realizou, por exemplo, com o Banco do Brasil S/A, através de sua Superintendência local, desde o plebiscito de abril de 93, para a impressão de quinhentas mil cartilhas de orientação ao eleitor; uma outra de realizamos com a empresa COPAGAZ para a distribuição daquelas cartilhas em todo o interior do Estado, através de seus caminhões de entrega de gás. Ainda, uma outra com a Caixa Econômica Federal para a impressão da Revista de Jurisprudência Eleitoral, hoje já no volume de número 6 e, também, uma parceria fei-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ta com as empresas de transporte urbano desta Capital para a distribuição, na Capital, das cartilhas de orientação, através dos cobradores dos ônibus, bem como com a empresa Vídeo Brasil Central e com inúmeras outras de micro e pequeno porte que prestaram fundamental e decisivo auxílio para o sucesso da operação. Neste instante, vou utilizar-me, em brevíssimas palavras, da minha condição de juiz com quase trinta anos de efetivo exercício, para tentar mostrar aos dignos representantes do povo, especialmente os que participarão da futura reforma constitucional, uma idéia ou uma reflexão que me parece importante quando se procura mensurar a necessidade ou não do tão polêmico controle externo do Judiciário. Curiosa a visão que se abre quando, por exemplo, traçamos uma paralela entre a Justiça Comum e a Justiça Eleitoral: aquela, como é sabido, é rotulada de lenta, ineficiente, modorrenta mesmo, necessitando de um insopitável controle externo para, quem sabe, ganhar desempenho de qualidade e eficiência; esta outra, a eleitoral, é vista como lépida, rapidíssima, com prontas respostas, com fluidez de atos e julgamentos e essa eleição foi a maior comprovação do que estamos focalizando. Todavia, e essa é a linha curiosa que surge nesse gráfico comparativo, os integrantes humanos de uma e da outra são exatamente os mesmos; o Juiz Eleitoral não é outro senão o Juiz Estadual ou da Justiça Comum. O defeito, então e a princípio, não residiria exatamente no seu operador e, diante disso, como explicar ou entender a intensidade ou grau de eficiência tão diferente pelo mesmo elemento humano? Ocorre que a Justiça Eleitoral, como todos vimos, contou com recursos materiais, basta lembrar os três mil e quinhentos micros adquiridos, com disponibilidade financeira, com pessoal especializado devidamente contratado, com um sistema processual enxuto e ágil, sem formalidades exageradas e com ínfimo número de recursos, com prazos curtíssimos e preclusivos e com uma equipe de funcionários melhor remunerada e assistida pelo poder



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

público, enquanto que a Justiça Comum, no geral, não dispõe de acesso à tecnologia porque sem recursos de vulto, seus Códigos de Processo Civil e Penal são, especialmente quanto aos recursos, gangrenados e o seu pessoal de apoio não guarda grandes satisfações de ordem salarial. Conclusão: a eficiência e o desempenho de qualidade exige, antes de se falar em controle externo, investimento financeiro em material de ponta e em pessoal, ao mesmo tempo um urgente enxugamento no sistema processual, especialmente no terreno dos recursos judiciais, como que racionalizando-os. Se o pleito eleitoral neste e em vários outros Estados produziu excelência de qualidade, nem porisso permite-se a ingenuidade de resvalar para uma ilusória visão de que tudo está bem, perfeito e acabado. Sem se demitir do justo orgulho profissional pelo trabalho apresentado, é necessário, contudo, que tenhamos a coragem e o destemor de reconhecer que ainda falta bastante, muito mesmo, para o aprimoramento do processo democrático. Podemos, a partir da experiência do Rio de Janeiro, onde se desnudou por completo a praga da fraude, colher lições proveitosas para que, no futuro e no plano legislativo, façamos as modificações modernizadoras e salutares, como que revascularizando o sistema. O voto automatizado, por exemplo, cuja experiência fizemos recentemente em Recife numa reunião de autoridades eleitorais de todo o Brasil e já testado em cinco seções eleitorais no 2º Turno, em Santa Catarina, é um mecanismo indispensável para a pureza futura do processo de escolha. Neste Tribunal, no mês passado, já se nomeou uma comissão técnica de alto nível para o estudo, pesquisa e implantação do voto eletrônico em nosso Estado num curto espaço de tempo, até porque ele está todo praticamente informatizado, proporcionando consultas rápidas e aproximação da Justiça Eleitoral com o povo. Outra exigência para o aperfeiçoamento do processo seletivo é a existência de uma lei eleitoral estável, acabando de vez com o casuísmo legal para o pleito, porquanto,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

a cada eleição desinforma-se e deseduca-se mais ainda o pobre do eleitor, deixando-o, de lei em lei, mais atormentado e confuso ainda. Veja-se, por exemplo, a questão da "boca de urna" nestas últimas eleições. Em 92 era permitida sob os critérios da lei; nesta, não foi. O que será em 96!? É como se se mexesse todo ano nas regras e sinais de trânsito. Não conseguiríamos nunca o efeito pedagógico que a lei se propõe a dar. Necessário também mecanismos de maior eficiência e transparência para um real e efetivo controle do poder econômico, cujo abuso vem insistente e deleterianamente marcando indispensável presença no processo eleitoral. Positivamente, a tentativa louvável do bônus eleitoral não deu certo e não deixa saudades. Quem sabe a solução seria, talvez, o voto distrital misto. Essas são basicamente as exigências para o aprimoramento do nosso processo democrático, tanto assim que se fizeram objeto da denominada "Carta de Recife", assinada nos dias de outubro último, como a manifestação oficial da Justiça Eleitoral brasileira. Dois últimos destaques penso ainda necessários sejam feitos nesta oportunidade. Refiro-me com muita gratidão à postura profissional adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral nestas eleições. De fato, digna de todos os elogios e aplausos a conduta daquela Corte no instante em que se aproximou de todos os Tribunais Regionais e dos Juízes Eleitorais, rompendo com uma clássica distância que em nada contribuiria e envolvendo-os numa cruzada cívica, comprometendo todos na operação e nos transmitindo segurança e tranquilidade. Foram vários os encontros de trabalho promovidos pelo Tribunal Superior em todo o Brasil, desde as eleições simuladas em Cuiabá até a inesquecível reunião de Blumenau. Foram incontáveis as viagens e visitas e apoio e instrução promovidas especialmente pelo eminente Ministro Cid Flaquer Scartezini, empenhadíssimo Corregedor-Geral Eleitoral, de marcante e notável atuação, homem de inesgotável disposição para o trabalho, de um incomparável senso de espírito pú-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

blico e de dedicação à causa abraçada. Sua Excelência percorreu praticamente o Brasil todo na perseguição de qualquer dificuldade que pudesse surgir. Hoje está aqui conosco, prestigiando a diplomação dos Senhores, como que premiando, com a sua presença e de seu ilustre Assessor, Dr. Enir Braga, o nosso querido Mato Grosso do Sul. Pela primeira vez podemos contar, numa solenidade de diplomação, com a presença de tão destacada autoridade integrante do Tribunal Superior Eleitoral. (Palmas). Penso mesmo que doravante o Tribunal Superior Eleitoral não poderá mais recuar dessa postura. Isso tudo sem falar no gigantesco esforço que se desenvolveu, tendo à frente o eminente Ministro Sepúlveda Pertence, timoneiro maior dessa viagem, para a implantação de uma rede nacional de informatização com a compra e funcionamento de mais de 3.500 micros que foram utilizados no pleito. Não seria leal e muito menos justo, portanto, deixar de fazer esse destaque e com ele apresentar os nossos votos de agradecimento pelo reconfortante e seguro apoio emprestado pelo Tribunal Superior Eleitoral, cujo digno representante nos honra com a presença, e os de parabéns à Presidência e Corregedoria daquela excelsa Corte Eleitoral pela claridade da visão diante das imensas dificuldades que se apresentavam. Por derradeiro, devemos também, sempre em nome do justo, fazermos este outro destaque. Trata-se agora de realçar e parabenizar o espírito de união e de firmeza de cada um dos Membros do nosso Tribunal Regional Eleitoral e da Procuradoria Regional Eleitoral. Na verdade, todo o êxito teve o seu ponto de partida exatamente nessa comunhão de forças. Com serenidade, profissionalismo, neutralidade e segurança cada um cumpriu com o seu dever de julgador, executando a lei da melhor maneira possível e sem jamais estrangular a liberdade do pleito ou amordaçar a atuação dos candidatos e do próprio eleitor, procurando a todo momento permitir que as idéias fossem apresentadas aberta e livremente. A partir do alto espírito público e da consci-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ênica jurídico-social de cada um dos integrantes desta egrégia Corte é que, a rigor, pudemos atingir a unidade de ação e de pensamento de toda a nossa Justiça Eleitoral. Não se trata de nenhum auto-reconhecimento imerecido, mas ao dever de justiça de um presidente do Tribunal que praticamente se despede de sua Casa. Para finalizar, retomo ao ponto de partida desta solenidade, ou seja, promovermos a diplomação dos ilustres candidatos que foram eleitos ou, em outro português: fazermos a entrega aos Senhores, diante dos olhos do povo, da procuração que ele outorgou a cada um dos eleitos. Neste momento final, só nos cabe pedir a Deus que os ilumine na sua tarefa, permitindo-os cumpri-la com amor ao próximo, com os olhos e corações voltados para o bem estar do seu povo, com dignidade e respeito pela res publica, mas também com a alegria de servir e com o prazer de quem tem o dever sempre cumprido. Calha como uma luva um trecho que alguém escreveu justamente sobre o tema e que vale a pena deixar aqui repetido. É mais ou menos assim: "nenhum trabalho, nenhuma tarefa é tão insignificante, tão simples, tão humilde que não brilhe aos olhos de DEUS. Portanto, seja qual for a tarefa que você tem a desempenhar, receba e cumpra como se fosse a mais bela e mais importante. Não dimensiona a sua obrigação pelo que ela possa parecer diante da vaidade humana, mas pelo que possa valer diante da sua consciência. O gari que apanha o lixo, limpando as ruas, vale tanto quanto o cientista que pesquisa a saúde do mundo, ou mais, se trabalha com mais amor". Dito isto, a Justiça Eleitoral deseja abraçar e parabenizar todos os eleitos. Que Deus os guie e acompanhe. Em nome de todos os que pertencem ou que colaboraram com a Justiça Eleitoral, deixo aqui a nossa palavra de gratidão". AO ENCERRAR A SESSÃO, o Desembargador Presidente agradeceu, em nome do Tribunal, a presença honrosa das dignas autoridades, bem como de todas as pessoas que estiveram assis-



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

tindo a esta solenidade. E, para constar, após datilografada a presente ata e procedida a sua leitura e ratificação, foi assinada pelos Exmos. Srs. Desembargador Presidente e Diretor-Geral deste Tribunal.

Assinatura